O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, deputado. O último deputado inscrito é o deputado Douglas Garcia. Vossa Excelência tem o tempo regimental, e então o deputado Conte Lopes, me passaram aqui.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Muito obrigado, Sr. Presidente, nobres pares aqui presentes, servidores da Assembleia, policiais militares, público que nos assiste aqui na galeria e também na TV Assembleia.

Senhores, no dia 11 de setembro, dia em que nós relembramos o atentado terrorista que sofreram os Estados Unidos da América, saiu uma notícia no jornal "O Globo":

* * *

- É exibida a imagem.

* * *

"PSL usa projeto de Marielle Franco na Alesp para dar o troco no PSOL". Olhe só, eles estão falando que a gente está usando isso daqui para dar o troco no PSOL, um projeto que saiu no jornal "O Globo".

Senhores, nós não utilizamos isso daqui para dar o troco no PSOL, antes fosse. Não nego a minha vontade com relação ao que sofreu o projeto da Dra. Janaina Paschoal. É sim, agora os deputados do PT e do PSOL têm que penar muito para terem os seus projetos aprovados aqui na Assembleia.

Mas esse projeto aqui, a obstrução que foi feita, é porque o projeto é horrível mesmo. Com todo respeito à senhora falecida Marielle Franco, mas o projeto dela é ruim, não é um projeto bom. E foi trazido aqui para a Assembleia Legislativa no Ctrl+C Ctrl+V. A deputada Isa Penna simplesmente pegou, copiou, colou e jogou na CCJ para a gente poder legislar.

Pegou no âmbito municipal e trouxe aqui para a Assembleia do Estado de São Paulo. Teve aquela polêmica da questão da retirada das mulheres trans, etc., que a deputada Erica Malunguinho, no auge da representação dos transexuais, se acha um tanto quanto inimputável nessa questão, porque ninguém pode falar da deputada Erica Malunguinho.

Ninguém pode criticar uma ação com relação a um projeto dela aqui na Casa. Ninguém pode se contrapor contra a forma política com que ela pensa, que já é acusado de transfóbico, de homofóbico, de qualquer coisa que termina com "óbico". Então está completamente difícil essa convivência.

Porque, tudo o que dizemos aqui, somos acusados inclusive de criminosos. Então, isso é um verdadeiro absurdo. Não dá para conviver com esse tipo de comportamento. É necessário que haja sim uma tolerância, principalmente por parte daqueles que tanto pregam essa tolerância.

Agora vamos falar de dar o troco. O que é dar o troco de verdade? Aqui deixo essa condição. Na verdade, não sou eu que decido, mas toda a bancada do PSL, uma vez que não tenho representatividade para levar isso ao Tribunal de Justiça. Muito embora eu sei que aqui nesta Casa o projeto da Janaina Paschoal está sendo perseguido para ser derrubado, talvez - ou não - no TJ. Não sei a que pé está.

Porém, o projeto da deputada Isa Penna veio tão mal feito, através da Marielle Franco, que ela se esqueceu de mudar a questão das secretarias. As secretarias não estão "do estado", estão "do município". Ela não pode vincular de forma obrigatória as secretarias do Município porque é outra entidade federativa.

Somos estado, não somos município. Quem pode vincular de forma obrigatória são os vereadores de cada município, e não só deputados estaduais. O que pode haver é uma espécie de convênio entre a Secretaria Estadual de Segurança Pública, a Secretaria de Saúde, seja lá mais quais forem que ela queria colocar no projeto, com as secretarias municipais. Porém, a forma com que ela colocou, é obrigatório. Então, isso seria inconstitucional.

Não sei como esse projeto passou na CCJ. Me pergunto até agora como foi que essa proeza aconteceu. Mas, sim, fica aqui a minha sugestão a toda a bancada do PSL. Que, se acaso queiramos fazer exatamente como o jornal "O Globo" está dizendo, de dar o troco, que ajuíze no Tribunal de Justiça, questionando a constitucionalidade de se vincular municípios, porque isso é inconstitucional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, Sr. Deputado. Finalmente, o capitão Conte Lopes. Senhoras e senhores, darei comunicação após o tempo do capitão Conte. Por favor. Vamos manter o tempo do deputado. Posteriormente, darei as comunicações. Deputado Conte Lopes, V. Exa. tem o tempo regimental.

O SR. CONTE LOPES - PP - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos acompanha na tribuna da Assembleia, boa tarde.

Também não sei a quem interessa essa colocação de dividir policiais da ativa e inativos, que dizem que o governador está fazendo. Não sei donde saiu isso. Sei que é uma ideia que se solta. Que, talvez, para o político, possa ser uma boa ideia. "Ora, já que estão falando, então vou fazer." E aí? Se falar, faz, vem para o plenário, vota e aprova. E aí como é que faz?

Então não entendo. Porque, quem criou essa ideia... Estou dizendo porque eu, o Coronel Telhada, o Delegado Olim, o Progressistas, nós, quando fomos procurados, na época da campanha, para apoiar João Doria - que já havíamos fechado, o partido havia fechado com o Márcio França - houve uma modificação. Não tem nada de mentira, é a verdade. Óbvio, somos homens de partido. Mudou, a gente tem que mudar. Somos do partido, tem que participar.

Desde aquela época, o governador bateu na tecla que a Polícia de São Paulo, a Civil, a Militar e a Polícia Técnico-Científica seria a mais bem paga do Brasil no final do governo dele. Ele disse até que a gente ia acompanhar, a própria Segurança. Obviamente, não temos acompanhado nada. Mas, pelo menos, isso aí foi dito por ele. E ele continua falando.

Agora, surge essa colocação de quem é ativo ou inativo. Somos inativo, colocou bem o Major Mecca. Eu até, como deputado aqui nesta Casa, troquei tiros com bandido para salvar uma criança em Mogi das Cruzes. Tive que matar dois sequestradores, aqui na 23 de Maio, furaram o meu carro todo de bala, para salvar um engenheiro que estava sendo sequestrado.

Então, nós aposentados, vivemos nisso. Quando você presta o juramento, não é até o dia que você se aposentou não. Por isso que muitos, estando na atividade ou na inatividade, continuam na luta contra o crime. Porque o bandido também sabe que a gente é policial. Aposentado ou não, você é inimigo dele. Você criou inimizade dele. Ó, esse é aposentado." Não tem nada disso, pelo contrário.

Pelo contrário. Então, o que acho, é o seguinte: cabe a nós, como o Coronel Telhada que preside a sessão, o próprio Olim, procurar o Governo do Estado para que isso realmente não aconteça.

Fico feliz, porque o coronel Mecca fez a informação que o próprio líder do Governo, Carlão Pignatari, afirma que aquilo lá não é do Palácio. Agora, a quem interessa fazer isso aí? A quem interessa mandar uma documentação dizendo que o governador vai mudar? Eu não sei a quem possa interessar isso. Eu não sei.

Agora, é evidente que a polícia é composta, como o Exército, Marinha e Aeronáutica, de pessoas da ativa e de inativos. Até alguns podem voltar à ativa, caso seja necessário, pela lei. Não é isso, Major Mecca? Então, não pode separar, realmente. A gente vai continuar batalhando nessa tecla, e que o governador cumpra o que ele prometeu.

A polícia é muito grande - já ouvimos falar muito isso aí, né? São mais de 120 mil homens na Polícia Civil, Militar e tal; fora inativos e pensionistas. Só que São Paulo tem 45 milhões de habitantes. Então, esses 120 mil homens da ativa dão segurança para 45 milhões de habitantes. Isso acontece no mundo inteiro. Então, não podemos falar em número, e sim valorizar a polícia, que está trabalhando e trabalhando muito no combate à criminalidade.

O governo fez muita coisa, a polícia fez muita coisa, afastou dos presídios os cabeças dos presídios, que mandavam matar de dentro do presídio, que dominavam o crime de dentro do presídio. Teve coragem que outros não tiveram: Alckmin não teve. Cobramos tanto do Alckmin isso, ele não teve coragem. Márcio França não teve coragem de fazer. E o governador João Doria teve coragem de fazer. E a polícia segurou: não teve estouro, não teve nada.

Tivemos isso em 2006, numa presunção de mudança. Foi uma carnificina aqui em São Paulo. Morreram policiais, morreram bandidos e morreram inocentes. Participei de programas de televisão. Quando não havia uma pessoa em São Paulo, nas ruas. O terror que os bandidos trouxeram para São Paulo, atacando base policial, atacando policiais da ativa, da reserva, policiais civis e militares, guardas municipais. As escolas nem aula davam; as faculdades pararam. Mais de uma semana, parou tudo em São Paulo por causa dos bandidos.

Dessa vez, eles foram transferidos, e a polícia manteve pulso. E a coisa está caminhando normalmente, até caindo o índice de criminalidade. Então, nós vamos torcer para que o governador cumpra aquilo que ele prometeu. E ficamos felizes com aquilo que o Major Mecca trouxe aqui... O líder do Governo, Carlão, afirma categoricamente que é fake. Que é uma mentira.

Obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. LETICIA AGUIAR - PSL - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, gostaria de registrar a presença de um amigo que veio de São José dos Campos nos visitar hoje. Ele é da Guarda Municipal de São José dos Campos, o Rodrigo J., que está ali na tribuna nos acompanhando. Todos sabem que a gente tem defendido... Eu, que trabalhei com as Guardas Municipais em São José dos Campos, a gente tem defendido bastante a atuação e a união de todas as forças policiais. Eu sei que os meus colegas de bancada, que estão aqui com a gente, Janaina Paschoal, Gil Diniz, Douglas Garcia, Major Mecca, Frederico d'Avila, Delegado Bruno, nos apoiam também missão da união das forças policiais. E eu sei também que esse presidente, Coronel Telhada, apoia a importante valorização das nossas Guardas Municipais.

Então, meu grande abraço, em nome do Rodrigo J., a todos da Guarda Municipal de São José dos Campos, à página Admiradores da GCM, ao nosso comandante Devair, à subcomandante Cristiane. Todo o nosso apoio, aqui, e da nossa bancada, para que a gente possa valorizar, de fato, todas as Guardas Civis Municipais do estado de São Paulo e, claro, do Brasil. Obrigado pela presença, J.

E falando ainda de São José dos Campos, Coronel Telhada, gostaria de deixar registrado, também, que nós estamos no mês do "Setembro Amarelo", que é uma campanha de prevenção ao suicídio. E nós sabemos que muitos dos motivos que levam as pessoas a ceifar as suas próprias vidas são justamente a depressão. Então, visando isso, em São José dos Campos, vai acontecer uma palestra realizada pelo PSL Mulher, dia 16 de setembro, um evento gratuito, às 19 horas, com o tema "Depressão Tem Cura", com a psicóloga especialista em terapia familiar: Dra. Paula Cruz. Isso é uma iniciativa do PSL Mulher de São José dos Campos, das professoras Bianca e Beth Montezano.

Então, eu gostaria de deixar o convite a todas as mulheres de São José dos Campos, mães, esposas, que têm, de repente, dentro dos seus lares, alguém com depressão, e precisam de algum auxílio, de algum aconselhamento. Evento gratuito dia 16 de setembro, às 19 horas, em São José dos Campos.

Meu muito obrigada, Sr. Presidente. Deus abençoe.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Amém. Muito obrigado, Sra. Deputada.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, eu só gostaria, primeiro, de cumprimentar os nossos visitantes. É uma grande honra recebê-los aqui: toda a Guarda Municipal representada pelo Sr. J., aqui presente. Obrigada.

Queria só reforçar o que o colega Douglas falou, porque eu realmente achei injusto a matéria dizer que nós estaríamos praticando algum tipo de vingança com relação à colega. Eu disse para a deputada que eu não concordo com o projeto dela. A deputada propôs e a Casa aprovou e eu respeito, mas ela propôs criar o dossiê da mulher sem uma definição precisa de quais informações deverão ser levadas a esse tal dossiê, de quais órgãos deverão prestar essas tais informações.

Eu temo pela privacidade das mulheres eventualmente vitimadas, porque já defendi, defendo mulheres vítimas de violência doméstica, mulheres vítima de crimes sexuais, e existe um conflito muito grande sobre o que é informação de interesse público, o que é informação íntima, e qual é o limite do poder dessa vítima dizer que não quer que a sua informação seja levada a público. E a colega, com boa intenção, entende que todas as informações devem ser prestadas. E eu entendo que não. Pelos 20 anos de advocacia em prol dessas mulheres vitimadas.

Também tem outro ponto: a colega, no projeto, praticamente equipara violência física com violência moral. A violência física ela tem tipificação penal. O homicídio consumado, tentado, o estupro consumado, tentado, a lesão corporal. A violência moral é algo muito amplo. Eventualmente aqui numa discussão o senhor fala uma frase para mim, eu falo uma frase para o senhor, não deixa de ser uma violência moral sem uma tipificação penal. Então, qual é o limite dessas tantas informações? Podemos ter um excesso de relatos, de relatórios, inclusive inviabilizando o trabalho dos órgãos competentes para combater a violência contra a mulher.

Então, foi um voto "não" consciente. Não foi vingança para com a colega. Eu expliquei isso para a colega, expliquei isso para outros membros da bancada da colega. Infelizmente a imprensa não aprofunda a análise antes de me acusar. Mas o colega veio fazer esse esclarecimento e eu aproveito para reforçar que foi esse o ponto.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esgotado o tempo destinado ao Pequeno Expediente, vamos passar ao Grande Expediente.

* * *

- Passa-se ao

GRANDE EXPEDIENTE

* * *

O SR. GIL DINIZ - PSL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Pela ordem, deputado Gil Diniz.

O SR. GIL DINIZ - PSL - Para uma breve comunicação antes de pedir o levantamento.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - É regimental.

O SR. GIL DINIZ - PSL - PARA COMUNICAÇÃO - Só para reiterar também o que o Douglas Garcia falou e a Dra. Janaina Paschoal disse, a matéria é interessante. Deputado Douglas, ele diz aqui no título "PSL usa projeto de Marielle Franco na Alesp para dar o troco no PSOL". Só que dentro da matéria ele explica o que aconteceu. E eles falam que o líder foi na tribuna e disse da obstrução, falou da questão da obstrução no requerimento de urgência.

Quando nós anunciamos que faríamos também obstrução, inclusive no mérito ou na urgência, era independente do tipo de projeto. Mas, da forma que eles colocam aqui parece que a obstrução foi feita somente porque foi um projeto tipo copia e cola primário, de um projeto municipal no Rio de Janeiro. Não tiveram nem o capricho de mudar a Secretaria Municipal para Secretaria Estadual e tudo mais.

Portanto, cada vez mais a imprensa vai perdendo o crédito pelo tipo de chamada que eles tentam fazer com esse sensacionalismo barato.

Para finalizar, Sr. Presidente, deputado Douglas citou aí ontem, não deu para fazer da tribuna, mas a gente sempre relembra, tem 18 anos do atentado terrorista nos Estados Unidos onde derrubaram as Torres Gêmeas, e eu gostaria de lamentar profundamente uma piada, um comentário lamentável que uma apresentadora da Rede Globo fez ao final de um programa, se não me engano "Em Pauta", da Globo News, no qual ela diz: "olha, o atentado já completou 18 anos. Já pode tirar título de eleitor e votar", fazendo chacota de uma tragédia mundial que foi aquele atentado.

Então, a gente deixa aqui esse nosso voto de pesar também, lamentável a atitude dessa jornalista.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado. Lamentável. Mais de 2.900 pessoas mortas e a apresentadora gozadora tirando um sarro. Coisa da própria, não é?

O SR. FREDERICO D'AVILA - PSL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - É regimental, deputado.

O SR. FREDERICO D'AVILA - PSL – PARA COMUNICAÇÃO - Dia 16, segunda-feira, nós teremos aqui uma palestra, convidar todos os deputados aqui presentes, realizada pelo meu gabinete, Agrotóxicos ou Defensivos, Remédio ou Veneno.

Virá aqui o especialista Nicholas Vital, esse é especialista mesmo, não é desses especialistas do G1, nem da Globo News, e também virá o senhor Fabrício Rosa, que é o diretor executivo da Aprosoja Brasil. Dia 16.09, às 14 horas, no Teotônio Vilela. Esperamos que todos os deputados aqui possam comparecer, também a maioria aqui é do mundo urbano, o senhor também é, para verificar as falácias. O que o deputado Douglas mostrou aqui mostra exatamente o que acontece: a notícia sai daqui, vai para os meios de comunicação, que têm simpatia por determinados parlamentares, e vai a público totalmente distorcida.

Então, como a notícia sobre o agronegócio também sai totalmente distorcida nos meios de comunicação, nós vamos elucidar aqui. Estão todos os funcionários da Casa convidados para verificar e fazer suas perguntas aos especialistas que aqui estarão no dia 16, às 14 horas.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, Sr. Deputado.

O SR. GIL DINIZ - PSL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças, pedir o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - É regimental.

Portanto, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes por dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Muito obrigado pela presença dos deputados aqui, a grande maioria do PSL, mais dois do PP. Vamos ver se a gente mantém assim os quatro anos, viu, gente, porque ficar sozinho aqui não é fácil, não.

Muito obrigado a todos, aos assessores também, funcionários.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 35 minutos.

* * *

13 DE SETEMBRO DE 2019
103ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CORONEL TELHADA e LECI BRANDÃO
Secretaria: LECI BRANDÃO

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CORONEL TELHADA
Assume a Presidência e abre a sessão. Cancela, em nome da Presidência efetiva, sessão solene anteriormente convocada para o dia 07/10, às 10 horas, para "Outorga do Colar de Honra ao Mérito Legislativo ao Doutor Alexandre de Moraes, Jurista e Ministro do Supremo Tribunal Federal - STF", a pedido do deputado Edmir Cheddid.

2 - JANAINA PASCHOAL
Manifesta pesar pelas vítimas de incêndio em hospital no Rio de Janeiro. Discorre acerca do PL 435/19, de sua autoria, aprovado, sancionado e convertido na Lei 17.137/19. Critica texto de resolução da Secretaria da Saúde que afronta a citada lei.

3 - JANAINA PASCHOAL
Para comunicação, ratifica posição contrária à decisão da Secretaria da Saúde sobre a Lei 17.137/19. Afirma que causa humilhação e inviabiliza o direito da mulher de escolher o tipo de parto a se submeter. Compromete-se a dialogar com o secretário estadual da Saúde sobre o tema.

4 - CARLOS GIANNAZI
Informa que participara de audiência pública em defesa de auxiliares de educação infantil, de Vinhedo. Defende a inclusão da categoria no plano de carreira do magistério. Lembra que é direito a transformação do cargo de auxiliar em cargo de professor. Lamenta a ausência do prefeito da citada cidade, no evento. Critica a reforma da Previdência.

5 - LECI BRANDÃO
Assume a Presidência.

6 - CORONEL TELHADA
Solidariza-se com familiares de pessoas falecidas em incêndio no Hospital Badin, no Rio de Janeiro. Defende a aprovação do PL 1026/19, de sua autoria, em homenagem a policial militar assassinado. Exibe e comenta vídeo que mostra homens portando fuzis, na Cidade de Deus, no citado município. Assevera tratar-se de armas de guerra. Tece considerações em defesa da Polícia Militar.

7 - CORONEL TELHADA
Assume a Presidência.

8 - TENENTE NASCIMENTO
Informa que estivera em evento na Escola Superior de Sargentos, nesta manhã, para mudança de comando. Parabeniza o coronel Telmo. Exibe e comenta vídeo de diálogo com o coronel Marcelo Vieira Salles, a respeito do direito de averbação, a qualquer tempo, de eventual trabalho civil ao trabalho militar, para fins de aposentadoria.

9 - LECI BRANDÃO
Agradece votos de congratulações pelo seu aniversário. Informa que na próxima segunda-feira deve ser realizado, nesta Casa, ato solene em homenagem a João Goulart. Cita e comenta frase do ex-presidente do país. Solidariza-se com a deputada Erica Malunguinho, por resistências a projeto em defesa de pessoas LGBTQIA+. Afirma que sua mãe estivera internada no hospital Badin, no Rio de Janeiro, por duas semanas. Lamenta a morte de pacientes vitimados por incêndio, na referida instituição. Acrescenta que a perícia deve dar resposta adequada. Faz coro ao pronunciamento da deputada Janaina Paschoal quanto à crítica à Secretaria da Saúde.

10 - TENENTE NASCIMENTO
Para comunicação, elogia e parabeniza a deputada Leci Brandão.

11 - LECI BRANDÃO
Para comunicação, agradece ao deputado Tenente Nascimento.

12 - CARLOS GIANNAZI
Ratifica elogios à deputada Leci Brandão. Lembra-se de encontro da parlamentar com Cartola, em evento musical. Afirma que o Programa de Ensino Integral desrespeita o princípio constitucional da Gestão Democrática do Ensino Público. Defende a capacidade de deliberação dos conselhos escolares. Critica ficha de rematrícula por, a seu ver, induzir pais contra professores. Aduz que a Escola Estadual José Conti, de Igaraçu do Tietê, manifestou-se contra o programa.

13 - JANAINA PASCHOAL
Afirma, em resposta a e-mails críticos, que defende de forma irrestrita o combate à corrupção, a CPI da Lava Toga, e o grupo Muda Senado Muda Brasil, por exemplo. Argumenta que sua atividade parlamentar é também técnica e requer estudo criterioso das proposituras. Afirma que sua conduta está de acordo com seus princípios e ideais. Acrescenta que decidira usar redes sociais em contraposição a perfis falsos. Transmite solidariedade à senadora Selma, por pressão e constrangimento para retirar assinatura da CPI do Judiciário.

14 - JANAINA PASCHOAL
Para comunicação, reitera características de seu trabalho parlamentar. Informa-se membro da Comissão de Saúde e da Comissão de Constituição e Justiça. Anuncia que tem participado de reuniões para tratar de obras no Rio Tietê e para aprofundar entendimento acerca do acompanhamento hormonal de crianças com traços de transexualidade.

15 - PRESIDENTE CORONEL TELHADA
Endossa o pronunciamento da deputada Janaina Paschoal sobre a atividade parlamentar.

16 - JANAINA PASCHOAL
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

17 - PRESIDENTE CORONEL TELHADA
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 16/09, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Lembra sessão solene a ser realizada hoje, às 20 horas, para "Homenagem aos Paulistas que Mantém Vivos os Ideais da Revolução de 9 de Julho de 1932". Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e convida a nobre deputada Leci Brandão para ler a resenha do expediente.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Sr. Presidente, temos aqui duas indicações. Uma é do deputado Emidio de Souza, para que o secretário de Educação libere imediatamente recursos para os serviços emergenciais de reforma e ampliação do muro de contenção localizado nos fundos da Escola Estadual Professora Arlete Eloiza Ferreira Teixeira, em São José dos Campos.

A outra indicação é da deputada Dra. Damaris Moura, determinando aos órgãos competentes a liberação de uma van para o transporte de pacientes do município de Angatuba que precisam fazer procedimentos médicos não disponíveis na localidade. Está lida a resenha, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, Sra. Deputada. Antes de iniciarmos o Pequeno Expediente, quero dar ciência à Casa do seguinte ofício: "Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esta Presidência, atendendo solicitação do nobre deputado Edmir Chedid, cancela a sessão solene convocada para o dia 7 de outubro de 2019, às 10 horas, com a finalidade de outorgar o Colar de Honra ao Mérito Legislativo do Estado de São Paulo ao Dr. Alexandre de Moraes, jurista e ministro do Supremo Tribunal Federal - STF". Está lido.

Pequeno Expediente, oradores inscritos. O primeiro orador é o deputado Ricardo Madalena. (Pausa.) Deputada Delegada Graciela. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. Fará uso da palavra, Dr. Olim? Abre mão do uso da palavra. Deputado Castello Branco. (Pausa.) Deputado Enio Lula Tatto. (Pausa.) Deputado Rafael Silva. (Pausa.) Deputada Professora Bebel Lula. (Pausa.) Deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputada Valeria Bolsonaro. (Pausa.) Deputado Emidio Lula de Souza. (Pausa.) Deputada Analice Fernandes. (Pausa.) Deputado Frederico d'Ávila. (Pausa.) Deputada Janaina Paschoal. Vossa Excelência tem o tempo regimental.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL – SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, cumprimento a Sra. Secretária também e todos os colegas presentes, os funcionários da Casa e os cidadãos que vieram nos visitar. Inicio manifestando aqui o meu pesar pelas vítimas do incêndio no hospital no Rio de Janeiro. Realmente, só de imaginar o sofrimento das pessoas ali, imagino um verdadeiro filme de terror, infelizmente. Então, meus sentimentos às famílias, àqueles que estão feridos ainda. É muito pesado, né? A pessoa vai para o hospital para se tratar, para melhorar, e aí acontece uma situação assim. Então, meus sentimentos.

Eu gostaria de falar... Hoje cedo escrevi nas redes sociais sobre isso, mas acho importante também falar aqui, até porque eventualmente isso pode ter sido feito à revelia, vamos dizer assim, do conhecimento mais aprofundado do Sr. Secretário da Saúde, mas o fato é que ocorreu e eu preciso deixar muito registrado.

Nós votamos aqui na Casa o Projeto de lei nº 435, que foi sancionado pelo governador, e foi editada a Lei 17.137/2019, que é justamente a lei que garante às mulheres o direito de escolher sua via de parto. Eu sei que nem todos aqui concordaram comigo, mas o projeto foi aprovado com uma maioria significativa. O projeto foi sancionado, houve um ato formal no palácio, houve imprensa, as mulheres acreditaram que isso seria um direito reconhecido.

O que ocorre é o seguinte: o secretário baixou uma resolução ratificando uma nota técnica - que eu imagino que seja de técnicos de dentro da Secretaria da Saúde -literalmente matando a lei. Então eu acho isso extremamente grave. Eu prefiro, deputada, que alguém não concorde comigo e diga, a dizer que concorda e depois fazer alguma coisa para o projeto não ter aplicação, entende?

O que aconteceu? Nós aprovamos uma lei garantindo às mulheres que pudessem, por exemplo, ao estourar a bolsa, chegar à maternidade e dizer: "Olha, eu estou aqui com a bolsa rompida, quero ter meu filho aqui e prefiro fazer uma cesariana, ou porque prefiro, ou porque o médico do posto diz que eu tenho pressão alta, ou porque eu tive alguma situação, na última gravidez eu tive pré-eclâmpsia". Foram muitos casos que nós acompanhamos para chegar à conclusão de que essa lei era e é importante.

Pois bem, a tal da nota técnica aniquila com a lei, porque coloca as circunstâncias em que a escolha poderá ser feita. Da leitura, não fica claro se são circunstância paralelas ou se são circunstâncias cumulativas, ou seja, se os critérios que a secretaria está colocando aqui são critérios paralelos: "nesta situação; ou nesta situação; ou nesta situação", ou se são critérios cumulativos. Passa a sensação de serem condições cumulativas para a mulher exercer o seu direito e algumas dessas condições são inclusive arriscadas, porque a resolução diz o seguinte: que o pedido da mulher fazer cesariana será atendido se ela estiver em parto ativo.